

ESTADO DE GOIÁS

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS GABINETE

PORTARIA Nº 169 /2011-GAB.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no inciso I do Art. 26 da Constituição Federal, do Art. 43 do Decreto nº 24.643, de 10 de junho de 1.934, do item "6" alínea "m", inciso III Art. 4º do Cap. III da Lei Estadual nº 12.603, de 07 de abril de 1.995, do Cap. II, Art. 10, da Lei Estadual nº 13.123, de 16 de julho de 1.997 e do que consta o Processo nº 4654/2010 -

17.715, RESOLVE:

Art. 1º - Outorgar a MANOEL TAVARES CAIXETA, inscrito no CPF sob o nº 092.084.611-49, RG nº 132.310 SSP-GO, por 06(seis) anos o uso das águas da Vertente sem Denominação do Ribeirão Calvo, no ponto de coordenadas 16°49'55,8" S e 48°35'20,6" W, localizado na Fazenda Conceição, no município de Silvânia, Estado de Goiás, para derivação por um período de até 20 (vinte) horas por dia, totalizando 1.180 (mil cento e oitenta) horas por ano de maio a setembro, de até 57,29 l/s (cinquenta e sete vírgula trinta e vinte e nove litros por segundo), com a finalidade de atender a uma irrigação por pivô central, com área de 55,02 ha.

Parágrafo Único - Todas as obras, projetos e estudos hidrológicos desta concessão deverão ser executadas no prazo de 01(um) ano para consolidação deste ato, sob pena de revogação, conforme previsto no Processo acima mencionado.

Art. 2º - Atingindo nos períodos de estiagem, vazão insuficiente para garantir o fluxo compatível com outros usos, fica o outorgado obrigado a reduzir a captação de forma a garantir uma vazão mínima, determinada pela SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HÍDRICOS.

Art. 3º - A outorga prevista no caput do Art. 1º teve por estudo a Caracterização Hídrica realizada pelo TECNÓLOGO EM IRRIGAÇÃO E DRENAGEM ELCIMAR BATISTA ARANTES, CREA-GO Nº 13416/D, o qual torna-se Responsável Técnico, perante o Governo do Estado de Goiás, nos termos das Anotações de Responsabilidade Técnica.

Art. 4º - Para a proteção do manancial, fica o outorgado obrigado à:

Utilizar técnicas adequadas no manejo e conservação dos solos;

- II. Manter a classe do manancial, conforme Resolução nº 357, de 17 de março de 2.005 do CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA;
- III. Recompor e preservar as matas ciliares, conforme previsto em Lei nº 12.596, de 14 de março de 1995, que institui a Política Florestal do Estado de Goiás e dá outras providências;

IV. Verificar, junto aos órgãos competentes, a necessidade de requerer o Licenciamento Ambiental;

V. A captação será realizada em um barramento construído (P. 8.458) de volume total acumulado de 452.201,08 m³ (quatrocentos e cinquenta e dois mil, duzentos e um vírgula oito metros cúbicos), suficiente ao atendimento da captação e à manutenção da vazão mínima necessária à jusante, do Córrego Buritizal.

Art. 5º - O outorgado responderá criminalmente pelo não cumprimento das

condições impostas nesta Portaria.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as

disposições em contrário.

Art. 7º - Esta Portaria de outorga, mantidas todas as condições expressas no respectivo ato, poderá ter sua renovação requerida com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data de seu vencimento, sujeita a nova análise de viabilidade hídrica.

CUMPRA-SE.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS, em Goiânia, aos O9 dias do mês de maio de 2011.

LEONARDO MOURA VILELA

Secretário

AUGUSTO DE ARAUJO ALMEIDA NETTO Superintendente de Recursos Hídrico